



**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO**  
Palácio Tavares Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

Assembleia Legislativa de Alagoas



PROTOCOLO GERAL 3001/2024  
Data: 29/11/2024 - Horário: 12:19  
Legislativo

**PROJETO DE LEI Nº /2024**

**DISPÕE SOBRE INSTITUIÇÃO DE POLÍTICA  
ESTADUAL DE PREVENÇÃO A QUEIMADAS NO  
ESTADO DE ALAGOAS E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.**

**A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica instituída a Política Estadual de Prevenção a Queimadas no Estado de Alagoas, com o objetivo de reduzir os riscos e impactos das queimadas no meio ambiente e na saúde pública.

**Art. 2º** A Política Estadual de Prevenção a Queimadas, que poderá ser aprimorada em programas já existentes, terá as seguintes diretrizes:

I – Realização de campanhas educativas e de conscientização sobre os riscos das queimadas e a importância da prevenção, dirigidas à população em geral, especialmente nas áreas rurais e periurbanas do Estado;

II – Criação ou aprimoramento de um sistema estadual de monitoramento e alerta precoce para identificar e prever condições de risco elevado para queimadas, utilizando tecnologias de satélite e sensores climáticos;

III – Treinamento e capacitação de brigadas de incêndio e equipes de resposta rápida em áreas propensas a queimadas;

IV – Desenvolvimento e atualização de planos de emergência para a rápida mobilização de recursos em caso de incêndios de vegetação nativa;

IV – Implementação de projetos de recomposição e manejo sustentável das áreas de vegetação nativa para reduzir a probabilidade e a intensidade de queimadas;

V – Criação de incentivos para práticas agrícolas e de uso da terra que minimizem os riscos de queimadas, promovendo técnicas de manejo de resíduos agrícolas e a utilização de sistemas de cultivo que reduzam a inflamabilidade;





**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO**  
Palácio Tavares Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

---

VI – Estabelecimento de parcerias com organizações não governamentais, instituições de pesquisa e empresas privadas para o desenvolvimento e execução de projetos e ações de prevenção e controle de queimadas.

**Art. 3º** Para garantir a efetiva implementação e monitoramento da Política Estadual de Prevenção a Queimadas, o Governo do Estado de Alagoas poderá adotar os seguintes mecanismos:

I – Implementação de sistemas de avaliação e certificação para instituições e municípios que adotem práticas exemplares de prevenção e combate a queimadas, garantindo a essas instituições e municípios certificados incentivos financeiros e apoio técnico adicional para fortalecer suas estratégias de prevenção;

II – Desenvolvimento de um plano de capacitação e formação continuada para profissionais envolvidos na prevenção e combate a queimadas, incluindo treinamentos regulares e simulações práticas;

III – Utilização de drones e imagens de satélites para monitoramento em tempo real das áreas de risco e identificação precoce de focos de incêndio, estabelecendo uma central de controle que integre os dados obtidos por essas tecnologias para otimização das operações de resposta e gestão de queimadas;

IV – Criação de programas de agrocomunitária e voluntariado para engajar a população local na prevenção de queimadas e na manutenção das áreas de vegetação nativa.;

V – Criação de programas de incentivo à pesquisa e inovação para o desenvolvimento de novas tecnologias e métodos de prevenção e combate a queimadas.

**Art. 4º** Fica criado o Fundo Estadual de Prevenção e Combate a Queimadas, com o objetivo de financiar projetos e ações previstas nesta Lei. Os recursos do fundo serão oriundos de dotações orçamentárias, doações, convênios e outras fontes permitidas por lei;

**Art. 5º** Será criada uma Comissão Estadual de Monitoramento e Avaliação da Política de Prevenção a Queimadas, responsável por acompanhar a implementação das diretrizes, avaliar a eficácia das ações e propor ajustes necessários. A comissão deverá elaborar relatórios anuais sobre o estado das queimadas e as ações empreendidas;





**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO**  
Palácio Tavares Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

**Art. 6º** A Política Estadual de Prevenção a Queimadas deverá ser integrada com outras políticas públicas relacionadas ao meio ambiente, saúde e agricultura, para garantir uma abordagem coordenada e eficaz na prevenção e controle de queimadas;

**Art. 7º** As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

**Art. 8º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, de de 2024.

  
**Delegado Leonam**  
DEPUTADO ESTADUAL





**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO**  
Palácio Tavares Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

---

**JUSTIFICATIVA**

As queimadas têm sido uma preocupação crescente em Alagoas, com mais de 7 mil focos registrados apenas até 7 de setembro de 2024. Esse número destaca a urgência de uma abordagem sistemática e abrangente para enfrentar os desafios ambientais e de saúde pública relacionados a essas práticas<sup>1</sup>.

As queimadas, em grande parte impulsionadas pela expansão agrícola e desmatamento ilegal, têm impactos severos sobre a biodiversidade e a qualidade ambiental. Em Alagoas, a prática de queimadas descontroladas tem contribuído para o desmatamento de vegetação nativa e a perda de espécies, afetando a biodiversidade e os ecossistemas locais. Apesar de a maioria das queimadas ser controlada e licenciada para atividades como a queima de cana-de-açúcar, as queimadas irregulares e clandestinas representam uma ameaça significativa.

Ademais, o impacto das queimadas se estende à qualidade do ar, provocando problemas de saúde para a população e contribuindo para o aquecimento global e o efeito estufa. O solo também sofre com a perda de nutrientes e desequilíbrio no ciclo da água, agravando a degradação ambiental.

A criação de uma Política Estadual de Prevenção a Queimadas visa enfrentar esses desafios de maneira coordenada e eficaz. Esta política estabelecerá diretrizes claras para a prevenção, controle e resposta a queimadas, abordando tanto queimadas controladas quanto irregulares.

---

<sup>1</sup> <https://www.gazetaweb.com/alagoas/queimadas-atingem-alagoas-ja-sao-mais-de-7-mil-focos-neste-ano-781915>. Acesso em 16 de setembro de 2024.





**ESTADO DE ALAGOAS**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**  
**GABINETE DO DEPUTADO DELEGADO LEONAM PINHEIRO**  
Palácio Tavares Bastos  
Praça D. Pedro II, s/nº, Centro, Cep 57.020-900, Maceió-AL

O projeto de lei propõe a implementação de campanhas educativas, aprimoramento do sistema de monitoramento e alerta precoce, e o desenvolvimento de protocolos de prevenção e resposta a incêndios. Além disso, busca fomentar práticas agrícolas sustentáveis, promover parcerias com entidades e criar um fundo estadual específico para financiar projetos e ações relacionadas.

A lei também propõe a criação de uma Comissão Estadual de Monitoramento e Avaliação para garantir a eficácia das ações implementadas e o desenvolvimento de programas de capacitação para profissionais envolvidos na prevenção e combate a queimadas.

A urgência deste projeto é evidente, considerando os impactos já observados e a necessidade de uma abordagem estruturada para mitigar os danos e proteger o meio ambiente e a saúde pública. Com a aprovação desta lei, Alagoas dará um passo significativo na construção de um futuro mais sustentável e seguro para seus habitantes e ecossistemas.

Sala das sessões,        de        de 2024.

**Delegado Leonam**  
DEPUTADO ESTADUAL